



ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
"Gabinete do Deputado Adriano Galdino"

**PROJETO DE LEI No. 51/2023**  
**AUTORIA: Deputado Adriano Galdino**

Determina que o Dia Nacional da Consciência Negra, 20 de novembro, seja declarado como feriado estadual.

**A Assembleia Legislativa decreta:**

**Art. 1º** Fica determinado que o Dia Nacional da Consciência Negra, celebrado no dia 20 de novembro de cada ano, como feriado estadual.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

João Pessoa, Paraíba, em 04 de janeiro de 2023.

DEP. ADRIANO GALDINO  
Dep. Estadual



ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
"Gabinete do Deputado Adriano Galdino"

### JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa a determinar que o Dia Nacional da Consciência Negra, 20 de novembro, seja declarado como feriado estadual. Assim sendo, acerca da proposição em apreço, faz-se necessário destacar a sua viabilidade jurídica e a sua adequação social.

Inicialmente, destaca-se que, de acordo com o art. 1º, I, da Lei 9.903/1995, são feriados civis os declarados em lei federal, assim, aos Estados e aos Municípios, em consonância com o art. 1º, II e III, da referida Lei, cabem, respectivamente, a fixação de feriado da data magna estadual e os dias do início e do término do ano do centenário de fundação do Município. Em relação ao dia da Consciência Negra, a Lei 12.519/2011, estabeleceu o dia 20 de novembro como o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, logo, embora já exista instrumento legal versando sobre o tema, para que seja instituído o feriado civil no âmbito do Estado da Paraíba, mostra-se necessária Lei que regulamente esse aspecto, assim como se faz com esta matéria legislativa.

Ademais, em relação ao mérito, salienta-se que é incontroversa a necessidade de que seja firmada a data do dia da Consciência Negra, a fim de recrudescer o processo de conscientização acerca da história e da realidade da população negra no Estado brasileiro. Esses aspectos devem ser visibilizados, consolidados e debatidos, para que se ressalte toda a força, a resistência e a cultura do povo negro, e se combatam formas de discriminação que ainda persistem na prática social nacional.

Diante do exposto, considerando que a matéria legislativa ora apresentada obedece aos requisitos constitucionais de natureza formal e material previstos na Constituição Federal e na Carta Estadual, é que submeto este Projeto de Lei à apreciação dos nobres pares para fins de tramitação e aprovação na forma regimental.

João Pessoa, Paraíba, em 04 de janeiro de 2023.

DEP. ADRIANO GALDINO  
Dep. Estadual